

TRF-1 manda PF investigar relatório do Coaf sobre Wassef

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1, com sede em Brasília) mandou a Polícia Federal abrir um inquérito para apurar se houve desvios na elaboração de um relatório de inteligência financeira sobre movimentações suspeitas envolvendo Frederick Wassef, advogado que atendia à família do presidente Jair Bolsonaro.

Reprodução



Frederick Wassef é réu em um processo por peculato e lavagem de dinheiro
Reprodução

Além disso, a corte decidiu que o documento, produzido pelo antigo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf, atualmente chamado de Unidade de Inteligência Financeira), é ilegal. A informação foi publicada inicialmente pelo jornal *Folha de S.Paulo*.

O inquérito da PF tem por objetivo identificar os agentes responsáveis pela quebra de sigilo de Wassef, assim como os responsáveis pelo vazamento do documento.

O relatório foi produzido depois da operação que ligou Wassef a Fabrício Queiroz. O ex-assessor parlamentar do senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ) foi preso na casa do advogado em Atibaia, interior de São Paulo, em junho do ano passado.

Os desembargadores do TRF-1 entenderam que não havia hipótese legal para a expedição do documento, que teria nascido de "geração espontânea", injustificada. O Coaf, por sua vez, informou que seguiu um procedimento padrão e se baseou em comunicações de origens distintas. O Ministério Público Federal, por sua vez, recorreu da decisão que anulou o relatório.

Agora que o documento do Coaf foi anulado, o inquérito sobre o advogado aberto a partir do documento foi suspenso. Outras investigações, que começaram de formas distintas e contam com outras provas, terão prosseguimento.



Wassef virou réu em setembro, junto com outras quatro pessoas, em um processo por peculato elavagem de dinheiro supostamente desviado do Serviço Social do Comércio (Sesc), do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e da Fecomercio-RJ.

Date Created

04/02/2021